

ANAIS I CAMEG

Perpetuação da violência obstétrica no processo de formação médica

Mikaela Aires Martins Ribeiro¹, Edson José Pereira Júnior¹, Gustavo Urzêda Vitória¹, João Manoel Palmeira Ferrato Gomes¹, Thalita Lisboa Cunha¹, Constanza Thaise Xavier Silva².

1. Discente do curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.
2. Docente curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

RESUMO:

Introdução: A violência obstétrica ganhou visibilidade no início do século XXI e é caracterizada como a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres por profissionais de saúde. Ela se expressa por meio de relações desumanizadoras, de abuso de medicações e de patologização dos processos naturais, resultando em perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seu corpo e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres. **Objetivo:** Compreender como a formação médica influencia a perpetuação da violência obstétrica. **Material e método:** O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa de artigos coletados em plataformas do Public Medline (PubMed) e Scientific Electronic Library Online (Scielo), com a pesquisa dos descritores em ciências da saúde: “formação obstétrica” e “violência obstétrica”. Foram utilizados 12 artigos, todos na língua portuguesa, com os anos de publicação entre 2015 e 2019. **Resultados:** Atualmente, ensino de obstetrícia no Brasil requer que o aluno realize um certo número de procedimentos para que seja avaliado. Tal cenário resulta em uma cultura de ensino do uso não informado e não consentido da genitália das parturientes pelos alunos de medicina para o treinamento de habilidades em práticas cirúrgicas, com a realização de intervenções invasivas e potencialmente danosas, como a aceleração artificial do parto, uso do fórceps, realização de episiotomia e a promoção de cesarianas sem indicações. Esses abusos são legitimados por uma cultura institucional que não reconhece essas práticas como violação de direitos das mulheres, promovendo um ensino de habilidades médicas separado do ensino de valores e direito das usuárias. Além disso, a formação acadêmica continua a reproduzir práticas por tradição, desconsiderando a medicina baseada em evidências, perpetuando, assim, a realização de procedimentos cuja descartabilidade já foi comprovada. Desse modo, evidencia-se que condutas são enraizadas na medicina pelo convívio no meio médico, comprovando a formação médica como um processo de socialização profissional e não somente um processo de aquisição de competências técnico-científicas. Entre os motivos que perpetuam essa problemática, estão: a crise ética da medicina, a menor valorização de temáticas sociais, a consolidação de uma identidade coletiva de formação, a variabilidade na grade curricular nos ensinos de obstetrícia, além de uma medicina não baseada em evidências. **Conclusão:** Destarte, conclui-se que a formação médica é um dos principais fatores que contribuem para a ampla disseminação da violência institucional nos serviços de atenção à saúde da mulher. Visto isso, deve ser feita uma alteração no processo de formação obstétrica, com atenção direcionada aos direitos das mulheres e direitos reprodutivos nas disciplinas de graduação em saúde, como previstos no código de ética médica. Salientam-se a autonomia e a escolha informada, os direitos dos profissionais e das pacientes, suas violações e como preveni-las, entre os assuntos que devem ser contemplados em provas de residência e no ensino de pós-graduação. Além disso, deve-se rever o ensino prático dos acadêmicos de medicina, para que este não seja baseado na exposição dos alunos a intervenções sem uma comprovação científica de sua segurança e efetividade.

Palavras-chave:

Obstétrica.
Violência.
Ginecologia.